

PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
RAZÃO SOCIAL:	UNIEDUCAR INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL LTDA
NOME DE FANTASIA:	UNIEDUCAR UNIVERSIDADE CORPORATIVA
CNPJ(MF):	05.569.970/0001-26
REGISTRO SICAF (UC):	170038 – SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MIN. DA FAZENDA (CE)
REGISTRO ABED:	5.189 – CATEGORIA INSTITUCIONAL
REGISTRO CRA-CE:	PJ-3457

Metodologia: O conteúdo dos programas de qualificação profissional pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. É apresentado em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e materiais extras disponíveis na Biblioteca (e-books) e Videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

Sincronicidade: os cursos/eventos são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter data de início e término definidas.

Tutoria e Formas de Interação: Os cursos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e administração do curso é preferencialmente online, podendo ser agendadas ações em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats, etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

Avaliação/Certificação: Nos cursos, a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de atividades complementares durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) nas atividades e avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

Organização curricular: Os programas apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

Tecnologia de EAD/e-learning: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, envolvendo rotinas de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados.

Materiais Didáticos: Os conteúdos programáticos são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); testes; além de conteúdos extras com material relacionado.

Interação e Suporte Administrativo: Os programas de formação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e também presencial, conforme o caso.

Sobre a Instituição de Ensino: Desde 2003 a Unieducar Universidade Corporativa atua com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Somos cadastrados junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atendemos mediante Nota de Empenho a todos os órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Atualização Jurídica - Parâmetros Penais Especiais

CARGA HORÁRIA: 420 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 53 dias

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 120 dias

OBJETIVOS GERAIS:

O curso online **Atualização Jurídica - Parâmetros Penais Especiais** trata dos **Parâmetros Penais Especiais**. Será estudada **aparte procedimental com a análise da Ação Penal, das Situações de Transferência dos Autos Processuais do Juizado Especial Criminal para a Justiça Comum Criminal.**

Também objeto de estudo o **procedimento funcional**, os **Crimes contra a Ordem Tributária**, e a **Forma de Apresentação da Denúncia**.

Além desses relevantes temas, são objetos de estudo o **procedimento da Lei Antidrogas**, analisando as peculiaridades que dizem respeito ao **Prazo de conclusão do Inquérito Policial; do Oferecimento da Denúncia, Notificação do acusado para Oferecer a Defesa Prévia; Rol de testemunhas; Ausência de Resposta (Defesa Preliminar); Notificação por Edital; Suspensão do Processo e do Prazo Prescricional; Designação de Audiência de Instrução; Interrogatório e Julgamento; Impossibilidade de Alegações Finais Oraís**. A **Estrutura do Procedimento do Tribunal do Júri** é também objeto de estudo do presente programa de qualificação profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

O PARÂMETRO PROCEDIMENTAL

Ação Penal; Processo; Jurisdição; Noções Gerais do Procedimento Comum Ordinário; Situações de Transferência dos Autos Processuais do Juizado Especial Criminal para a Justiça Comum Criminal; Estrutura Procedimental Aplicável para o Procedimento Ordinário; Início da Ação Penal (Oferecimento da Denúncia ou Queixa); Recebimento ou Rejeição da Petição Inicial; Recurso em Sentido Estrito; Resposta do Acusado.

PROCEDIMENTO FUNCIONAL

Aplicação do Procedimento Funcional; Conceito de Funcionário Público; Crimes Contra a Ordem Tributária (Lei nº 8.137/90); Forma de Apresentação da Denúncia; Defesa Preliminar; Diferença da Notificação para a Citação; Rejeição da Denúncia; Recebimento da Denúncia; Absolvição Sumária

PROCEDIMENTO ESPECIAL ANTIDROGAS

Apresentação da Lei Antidroga; Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD (Finalidade, Princípios, Objetivo); Procedimento do Rito na Lei Antidrogas; Peculiaridades da Lei Antidrogas (Prazo de conclusão do Inquérito Policial, Prazo para o Oferecimento da Denúncia, Notificação do acusado para Oferecer a Defesa Prévia, Rol de testemunhas, Ausência de Resposta (Defesa Preliminar), Notificação por Edital, Suspensão do Processo e do Prazo Prescricional, Designação de Audiência de Instrução, Interrogatório e Julgamento, Impossibilidade de Alegações Finais Oraís); Lei Antidrogas – Art. 33; Emendatio Libelli

RITO DO JÚRI

Instituição do Júri na Constituição de 1988; Competência por Conexão ou Continência; Latrocínio é competência do Juiz Singular

(STF Súmula nº. 603); Competência do Tribunal do Júri é prevalente sobre Prerrogativa de Função (STF Súmula Vinculante nº. 45); Crime de Genocídio; Estrutura do Procedimento do Tribunal do Júri; Acusação e Instrução Preliminar; Pronúncia, Impronúncia; Absolvição Sumária; Desclassificação do Crime de Competência do Tribunal do Júri; Recursos no Tribunal do Júri.

PLENÁRIO DO JÚRI

Preparação do Processo para Julgamento em Plenário; Princípio da Plenitude da Defesa; Princípio do Sigilo das Votações; Princípio da Soberania dos Veredictos; Apelação no Tribunal do Júri (STF Súmula nº. 713); Exibição de Documentos no Tribunal do Júri; Desaforamento; Execução Provisória da Pena no Tribunal do Júri; Apelação por Decisão Manifestamente Contrária à Prova dos Autos no Tribunal do Júri.

DEBATE SOBRE OS TEMAS ESTUDADOS